

discurso de Maria de Lourdes Pintasilgo
na RTP, 6ª f. 30 de Novembro de 1979

Lurdes Pintasilgo na RTP:

Porei lugar à disposição após eleições qualquer que seja o seu resultado

● *João Paulo II aceitou convite para visitar Portugal*

«A minha intervenção de hoje perante as câmaras da Televisão tem, como primeiro objectivo, tornar claro que, qualquer que seja o resultado das eleições do próximo domingo, tenho a intenção de, como Chefe do Governo, pôr o meu lugar à disposição do Presidente da República logo que sejam oficialmente anunciados os resultados da consulta popular — declarou ontem a primeiro-ministro ao dirigir-se aos Portugueses através das câmaras da RTP e logo após o período reservado à campanha eleitoral, então já prestes a atingir o seu termo.

Acrescentando que «a marcha dos cem dias» tinha como horizonte o acto eleitoral, Maria de Lourdes Pintasilgo acrescentou que «uma vez consumado esse acto, resta ao Governo garantir que os mecanismos complementares do voto sejam devidamente accionados e, no termo desse processo, a missão do Governo poderá considerar-se cumprida».

Numa outra passagem da sua alocução, da qual inserimos extensos extractos na página 11 desta edição, Maria de Lourdes Pintasilgo referiu que «para além da preparação técnica das eleições — preparação a que a equipa do Ministério da Administração Interna soube imprimir rigor, zelo e a eficácia que tal acto exige — sou forçada a interrogarme sobre o modo como o Governo contribuiu para o fortalecimento do querer comum da Nação que somos».

Antes de terminar, a primeiro-ministro, aludindo à sua ida às Nações Unidas, onde se avistou com João Paulo II, disse que «tinha o gosto de tornar pública uma especial prova de apreço do Papa, anunciando que João Paulo aceitara, em princípio, o convite para visitar Portugal, e que essa visita será concretizada em termos a serem definidos oportunamente pelos bispos portugueses e pelo Governo, em contacto com a Santa Sé».

Fundação Cuidar o Futuro



Lurdes Pintasilgo: «O povo saberá reconhecer a total independência e isenção que nortearam os membros do Governo»



«A minha intervenção de hoje perante as camaras da televisão tem como primeiro objectivo tornar claro que, qualquer que seja o resultado das eleições, tenho a intenção de, como chefe do Governo, pôr o meu lugar a disposição do senhor Presidente da Republica logo que sejam oficialmente anunciados os resultados da consulta popular», afirmou Maria de Lurdes Pintasilgo, dirigindo-se ao País na intervenção que ontem fez através da RTP.

«O Governo está, pois, prestes a terminar o seu mandato» — prosseguiu a primeiro-ministro, que especificaria: «Na ausência da Assembleia da Republica, perante quem qualquer Governo é responsável, é directamente ao povo português que hoje devo uma palavra, daí o subordinar-me ao imperativo ético de prestar contas a quem, de pleno direito, deve ajuizar esta etapa da vida politica nacional.

«Não vou, no entanto, sobreavergar os que me ouvem com uma inventarição exaustiva das medidas tomadas pelos vários sectores governamentais nos 4 meses de vigência deste Governo. (Os elementos para uma tal avaliação estão já coligidos e espero poder dá-los a conhecer publicamente em devido tempo). Não me cabe, tão pouco, neste momento, justificar a prática do Governo nem responder às críticas que lhe têm sido feitas. Ao povo português caberá julgar.»

«Para além do muito que de falso se disse e se escreveu, dos boatos, das mentiras postas a circular, o povo saberá reconhecer a total independência e isenção que nortearam os membros do Governo e a sua acção. Cumprime, sim — e é isso que me proponho fazer — sublinhar o modo como este Governo entendeu o seu mandato e tentou cumpri-lo.»

«No discurso por ocasião da tomada de posse» — lembrou a chefe do actual Governo — «tive ocasião de dizer que o principal objectivo do V Governo era a mobilização das consciências e das vontades para a realização das eleições intercalares. E acrescentei: Vemos este projecto não apenas como um acto eleitoral em si mesmo, já carregado de profundo significado cívico mas como ocasião de aplicar e consolidar o querer comum do povo português.»

Para além da preparação técnica das eleições — preparação a que a equipa do Ministério da Administração Interna soube imprimir rigor, o zelo e a eficácia que tal acto exige — sou, pois, forçada a interrogar-me sobre o modo como o Governo contribuiu para o fortalecimento do querer comum da nação que somos.

«Disse no início do meu mandato que queria dialogar com o povo. E fi-lo. Fi-lo porque entendo que fortalecer o querer comum é, antes de mais, ir ao encontro do povo, ouvir as suas queixas e aspirações, deixar que os gabinetes de trabalho e os centros de tomada de decisão sejam invadidos pelo eco das vozes dos marginalizados por carência de bens ou de justiça.

Fortalecer o querer comum é contribuir para que o povo português se reconheça como um todo; populações que labutam nos campos ou aqueles que habitam as cidades e, no seu reboço, procuram respirar; classes trabalhadoras ou cidadãos que, por conta própria, se lançam em iniciativas de produção ou de comércio; pequenos funcionários ou técnicos que asseguram a qualidade dos bens e dos serviços; artesãos humildes ou artistas profissionais a introduzirem a beleza no quotidiano; gente do Norte e do Sul, do interior e do litoral, das regiões agrícolas como das regiões industriais, do continente, das regiões autónomas e das comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo.»

Foi neste contexto que «a partir do mês de Setembro, tive a possibilidade de me deslocar com outros membros da equipa governativa a oito zonas bem diferenciadas do País. Através dessas visitas pude ouvir o povo e os seus representantes e confirmar que, para além das diferenças existentes, as necessidades básicas que preocupam a população são as mesmas — o tecto, a saúde, o trabalho, a educação, a cultura, a segurança.

Encontrei um povo consciente do valor da terra, desejoso de poder dela extrair o seu sustento e o do País, capaz de formular os objectivos da produção mais adequada a cada solo, pronto a desenvolver formas de associativismo que tornem o esforço mais leve e os frutos mais visíveis. Encontrei um povo a braços com

uma carência generalizada de habitação. Ouvi como escasseiam as casas, os preços são incompatíveis, o arrendamento urbano vigente provoca novas injustiças. Mas ouvi (e vi) também as sugestões concretas e bem definidas. Encontrei mulheres afirmando sem subterfúgios a sua condição de cidadãs de pleno direito, exprimindo as dificuldades criadas pela carestia da vida e mostrando-se dispostas a lutar pela justiça e pela liberdade para si mesmas e para outros.»

Foi para «a resposta a tais necessidades e aspirações — especificou Lurdes Pintasilgo —, que se orientou prioritariamente a acção do V Governo. Aprová-lo, estão algumas das grandes linhas de conduta segundas: o estímulo à agricultura de grupo e o apoio a projectos de investimento de cooperativas agrícolas; o desbloqueamento de impasses institucionais no domínio da habitação, permitindo que as iniciativas individuais e cooperativas encontrem rapidamente vias de solução; a melhoria das condições propícias ao investimento, tornando possível que a iniciativa privada se desenvolva e que o sector público assumira a sua plena responsabilidade; a tentativa de redução do custo de vida pelo aumento dos salários mínimos, do subsídio de desemprego, das pensões de reforma por velhice ou invalidez.

No contexto das respostas às necessidades básicas abro um parêntesis para dar especial relevo ao esquema mínimo de Segurança Social recentemente votado pelo Conselho de Ministros (e que os meios de comunicação quase ignoraram). Com efeito, esta medida exprime, da parte do Governo, a decisão de salvaguardar o direito que têm todas as pessoas, independentemente do seu vinculo de trabalho, a serem protegidas pela sociedade em caso de orfandade, doença, invalidez, velhice.

Há quem tenha tentado diminuir o impacto desta decisão, acusando-a de demagógica. Mas como é possível pensar que o dinheiro do Estado (i. e., de todos nós) continue a deixar na quase miséria os 2 milhões de portugueses (dos quais 512 000 crianças do meio rural e das zonas suburbanas) que com estas me-

das passam a viver um pouco menos mal?

Não foi esta decisão «milagre» demagógica nem este Governo a si se atribui todo o mérito de a pôr em prática. Ela foi possível em virtude dos efeitos na economia das orientações seguidas pelo I Governo Constitucional.

Mais: tal decisão situa-se na linha dos direitos e garantias sociais preconizados pela Constituição da Republica Portuguesa. Ao V Governo coube, apenas, a vontade politica de dar forma, neste momento, a alguns desses direitos.

Mais do que a marca do quantitativo — decretos-leis promulgados, medidas tomadas — teve este Governo a marca da intervenção qualitativa, sempre que esta se apresentou como possível.

Assim se procuraram ultrapassar compartimentos estanques entre as realidades sociais e o progresso económico para se encontrar uma matriz em que a economia e o bem-estar constantemente se interpenetram e mutuamente se fecundam.

Assim se procuraram vencer as barreiras entre o centro e a periferia.

A realidade de um país solidário é sempre policêntrica. Não houve por isso discontinuidade entre o trabalho realizado nos Gabinetes ministeriais e as decisões tomadas a nível local ou distrital. Foram formas diversas de uma mesma acção.

Assim se procurou demonstrar que pode não existir dicotomia entre o local e o internacional. Foram ouvidos problemas ao nível das juntas de freguesia ou de pequenas associações — e a esses problemas está a ser dada a resposta pronta e pontual, através de uma estrutura de intervenção do meu Governo.

E simultaneamente foram ouvidos os problemas do mundo, nos quais, em múltiplas instâncias, nos encontramos envolvidos.

Houve quem se admirasse com o meu interesse pela nova ordem internacional julgando que ele prejudicaria o cuidado pela «ordem nacional». Como se não tratasse das suas faces de uma mesma realidade. Como se o não compreendesse o povo português, na sua sensibilidade ao universal.

É verdade «que este governo atribuiu à esfera das relações internacionais uma particular atenção», declarou a seguir a primeiro-ministro. «Disso são

prova os passos dados em várias relações bilaterais e a nossa eleição para órgãos internacionais. Membros já do Conselho de Segurança das Nações Unidas da Comissão dos Direitos do Homem, do Conselho Executivo da UNESCO, fomos na semana passada eleitos para o Conselho Executivo da Organização Mundial de Alimentação e da Agricultura. Que um tão pequeno país esteja simultaneamente em todas estas grandes plataformas da vida internacional diz muito da confiança que no regime político português põem povos de tão variados sistemas e tão diversas zonas geográficas.

Uma especial prova de apreço tenho hoje o gosto de tornar publica: o Papa João Paulo II aceitou, em princípio, o convite a visitar Portugal que lhe dirigi quando da audiência que me concedeu em Nova York. Essa visita será concretizada em termos a serem definições oportunamente pelos bispos portugueses e pelo Governo em contacto com a Santa Sé.

Termino mais este «diálogo» com os meus compatriotas, na consciência nítida de que o que foi dito está muito aquém do que seria necessário dizer.

Falei mais do estilo que do conteúdo da governação. Falei mais do que o povo português sugeriu ao Governo do que do serviço que o Governo prestou ao povo. Deixei não enunciados os aspectos do programa do Governo que ficaram, por cumprir, as acções esboçadas mas não suficientemente estruturadas, as intenções e os desejos que não chegaram a tomar forma.

Na luta contra o tempo «que este Governo travou não foi possível percorrer afortunadamente caminhos novos», disse a terminar Lurdes Pintasilgo. Foi apenas possível abrir sulcos que se esperam duradouros. Sulcos para novas formas de ser governo num contacto mais próximo com as realidades do concreto quotidiano. Sulcos para uma visão mais global e mais integrada dos problemas nas suas múltiplas dimensões sociais, culturais, económicas. Sulcos para uma participação mais activa e dinâmica de Portugal na rede das solidariedades mundiais.

Possam esses sulcos abrir caminho para um Portugal mais justo e mais livre — o Portugal que o espírito de Abril fez renascer em nós!